

EDMAR

Lyra



## Fernando Dueire ficará mais quatro meses no Senado Federal

Cinco meses após o senador Jarbas Vasconcelos (MDB) tirar uma licença para tratamento de saúde, ontem o emedebista anunciou a prorrogação por mais quatro meses para continuar os cuidados médicos, com isso o senador Fernando Dueire completará nove meses no mandato até 30 de agosto, quando estará encerrando a nova licença do titular.

Nestes cinco meses o mandato de Jarbas Vasconcelos no Senado Federal subiu de patamar, uma vez que o titular por conta da pandemia estava impossibilitado desde 2020 de atuar efetivamente na Câmara Alta, então seu substituto conseguiu dar mais efetividade ao importante mandato obtido nas urnas em 2018 e pôde fazer contribuições relevantes a Pernambuco a exemplo da relatoria do empréstimo de R\$ 2 bilhões concedido ao Recife para investimentos.

Essa permanência de Dueire no Senado Federal tem outro componente político, enquanto ele ocupa a função em Brasília deixa a condição de articulador de bastidores, como fez ao longo da sua trajetória, e passa a ter um protagonismo político no estado e em especial nacional, pois a função de senador o coloca no rol dos atores políticos nacionais, sendo requisitado pelos poderes constituídos e pelo establishment para discutir temas de relevância nacional.

## Capacitação política e justiça climática

A deputada estadual Debora Almeida (PSDB) está nesta semana participando do Seminário de Capacitação Política: Fortalecimento democrático e Justiça Climática que acontece no Hotel Tropical Executive, em Manaus. O objetivo do encontro, promovido pelo PSDB Mulher e a Fundação Konrad Adenauer Brasil, é capacitar as lideranças femininas com preparo de conteúdo em panorama político, econômico, internacional, ambiental, campanha e compromissos públicos. Público: Mulheres filiadas ao PSDB com potencial de se candidatar e lideranças locais.

**VICES** > O Tribunal Superior Eleitoral, ao responder consulta do deputado federal Luiz Benes Leocadio de Araújo (União Brasil-RN), reafirmou uma antiga jurisprudência sobre os vice-prefeitos que assumem, mesmo que interinamente, nos seis meses antes das eleições. No voto apresentado, o ministro Raul Araújo lembrou que o Tribunal já analisou essa questão em outros momentos. “A assunção do cargo de chefe do Executivo por sucessão, a qualquer tempo, ou por substituição, nos seis meses que antecedem as eleições, caracteriza exercício do primeiro mandato neste cargo pelo vice, de modo que, se eleito para o cargo do titular no pleito subsequente, fica vedada a sua reeleição, ante a proibição de exercício de três mandatos consecutivos pela mesma pessoa ou grupo familiar”, destacou o relator.

**NO PÁREO** > O deputado estadual Francismar Pontes (PSB), segundo vice-presidente da Alepe, decidiu entrar na disputa pela vaga do TCE, o seu argumento é o de que tem 65 anos e ficará apenas dez anos na corte de contas, abrindo possibilidade para outros integrantes em pouco tempo. Francismar é bem relacionado e com o voto secreto acredita que pode surpreender na disputa.

**RESGATE** > O deputado estadual João Paulo Costa (PCdoB) resgatou um projeto de iniciativa do seu irmão, Silvio Costa Filho, quando integrante da Alepe, que institui a Lei de Responsabilidade da Segurança Pública em Pernambuco. A iniciativa visa uma maior transparência das ações do estado no combate à violência.

**INOCENTE QUER SABER** > Teremos quantos nomes disputando o TCE?

@edmarlyra

[www.edmarlyra.com](http://www.edmarlyra.com)

A coluna de Edmar Lyra é publicada de segunda a sábado.

■ Eduardo da Fonte trabalha para fortalecer partido em Pernambuco e afasta possibilidade de aproximação com o prefeito João Campos na Capital

# Fonte admite Clarissa na disputa do Recife



Presidente do PP diz que aliada tem carta branca do partido

MAGNO MARTINS  
DE BRASÍLIA

Deputada federal mais votada no Recife, com 75 mil votos, Clarissa Tércio (PP) tem carta branca do partido para escolher se disputará a Prefeitura da capital ou a de Jaboatão, segundo garante o presidente da legenda, Dudu da Fonte.

“Ainda estamos fazendo a avaliação de qual município Clarissa tem mais chances, mas, de antemão, a deputada tem carta branca do partido para escolher a cidade que deseja concorrer. Clarissa é um quadro qualificado do nosso partido, muito atuante, preparada e

muito trabalhadora. Não tenho dúvida que a escolha que ela fizer será para engrandecer a cidade, para levar inovação, melhoria e, principalmente, elevar a autoestima do município que ela escolher”, disse Dudu, em entrevista à **Folha**.

## PP quer ampliar sua força

Segundo ele, a meta do partido no Estado é ampliar ainda mais a sua representatividade. “Nos reunimos, na última segunda-feira, para começar as discussões de planejamento para o pleito do próximo ano. Porque a eleição, embora seja em outubro de 24, as discussões e planejamento começam cedo envolvendo os melhores candidatos, com as melhores capacidades, para poder dar o melhor da nossa sigla não apenas para a capital, mas em todas as regiões de Pernambuco”, explicou.

“Nossa meta é trabalhar para que a gente possa administrar grandes municípios em todas as regiões do Estado, para dar a contribuição do nosso partido em Pernambuco”, acrescentou.

Diante da intenção do PP de ampliar sua representatividade, uma reaproximação com o prefeito do Recife, João Campos (PSB), está praticamente descartada pelo progressista. “O assunto ainda não foi discutido com a executiva do nosso partido, contudo não vi ninguém mostrar interesse ainda e essa questão ainda não foi colocada no debate interno”, afirmou.

Sobre um possível nome indicado pela governadora Raquel Lyra (PSDB) na disputa de 2024, Dudu diz que tudo dependerá de quem seria o nome, para posteriormente ser feita uma avaliação. De acordo com ele, não adianta apenas a indicação de um nome, mas de saber quais são as propostas que o candidato trará para melhorar a qualidade de vida da cidade.

Por ora, Eduardo da Fonte adianta alguns nomes que, segundo ele, são quadros importantes para o PP em Pernambuco, como o do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Fábio Aragão; o do Cabo de Santo Agostinho, Keko do Armazém, e Jorge Duarte, de Santa Cruz da Boa Vista. Ambos os nomes que devem concorrer à reeleição nos seus respectivos municípios.

**PREFEITURA DO RECIFE**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**AVISO DE EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2023 – CONCORRÊNCIA Nº. 004/2023 – CPL/URB RECIFE**  
**Objeto:** Relicitação da Requalificação dos Passeios Públicos de Diversas Vias na Cidade do Recife/PE - Lote 06. Valor Máximo Aceitável: R\$ 23.157.866,00. Data e hora limites para recepção dos envelopes: 07/06/2023 às 10:00 horas, data e hora para realização de sessão por videoconferência, via plataforma Google Meet: 07/06/2023 às 14:00 horas, a ser realizada e transmitida da sala da CPL/URB Recife, sita à Av. Oliveira Lima, Nº. 867, Boa Vista – Recife/PE - CEP: 50050-390. O Edital está disponível no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/app/ConsAvisosPesquisar.php>, ou na sala da CPL, em dias úteis e de funcionamento, no horário de 8:00 às 12:00 horas, mediante a entrega de 01 (um) DVD virgem ou outro tipo de mídia ou, ainda, através do e-mail [cplurb@recife.pe.gov.br](mailto:cplurb@recife.pe.gov.br), solicitando o “Comprovante de Recebimento”, que deverá ser preenchido, assinado e encaminhado via e-mail, para o recebimento do Edital Completo. Informações na sala da CPL ou no telefone: 81 3355-5081 / 5079, das 8:00 às 12:00 horas ou através do e-mail: [cplurb@recife.pe.gov.br](mailto:cplurb@recife.pe.gov.br). Recife, 27 de abril de 2023.  
Irlana Almeida  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**Prefeitura Municipal do Ipojuca**  
Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Logística  
Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/PMI-SMAD/2023. CPL. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/PMI-SMAD/2023. RP** - Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores operacionais dos tipos: Hatch, caminhonete 4x4 e van, para suprir as necessidades de transporte da Prefeitura Municipal do Ipojuca/PE. **VALOR:** R\$ 4.012.128,96. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir do dia 27/04/2023 às 08h00min até o dia 11/05/2023 às 10h45min. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 11/05/2023 às 10h45min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 11/05/2023 às 11h00min, os horários são de Brasília. A retirada do Edital será através do site [www.licitaipojuca.com.br](http://www.licitaipojuca.com.br) ou através do portal da transparência no site da Prefeitura Municipal do Ipojuca. Mais informações através do Fone: (81) 3551-1156, Ramal 213 ou do e-mail: [licitacao2.ipojuca@gmail.com](mailto:licitacao2.ipojuca@gmail.com).  
Ipojuca-PE, 26/04/2023  
Alexandre Cardoso Filho  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E LOGÍSTICA

**LEILÃO SRRF 04 Nº 400100/01/2023**

A Comissão Regional de Licitação da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal torna pública a realização de Leilão Eletrônico para Pessoas Jurídicas, nos termos do edital nº 0400100/000001/2023.  
**Mercadorias:** Equipamentos de geração de energia eólica.  
**Recepção de Propostas:** 01/05/2023 às 08:00 a 15/05/2023 às 21:00, (horário de Brasília).  
**Abertura da Sessão Pública para Lances:** 16/05/2023 às 14:00 (horário de Brasília).  
**Endereço:** <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br> - e-CAC - opção “Sistema de Leilão Eletrônico”.  
**Edital:** na Superintendência da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, Rua Alfredo Lisboa, nº 1152, Recife - PE, no horário: de 08:00 às 16:00 e no site: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br> e <http://www25.receita.fazenda.gov.br/sle-sociedade/portal>.  
**Informações:** Através do email: [leilao.rf04.pe@rfb.gov.br](mailto:leilao.rf04.pe@rfb.gov.br)  
Carolina Queiroz de Araújo  
Presidente da Comissão  
Portaria SRRF04 Nº 387 de 18 de abril de 2023

Investigação, que teve início em 2016, aponta que grupo fazia abordagens irregulares, cobrava propina e apreendia carga para revenda

# Delegado e policiais civis são presos

VINÍCIUS LUCENA

Quatro policiais civis foram presos, na terça-feira, por suspeita de cobranças de propinas e desvio de cargas no Recife. De acordo com a Polícia Civil, três agentes e um

delegado vinculados, à época do crime, à Delegacia de Água Fria, na Zona Norte da capital pernambucana, são apontados como os responsáveis por abordagens irregulares a cargas de cigarros em 2016. A operação foi batizada de Espórtula.



JÚNIOR SOARES

Responsável pela condução da Operação Espórtula, delegado Jorge Pinto apresentou detalhes da investigação

## Como esquema foi descoberto?

A investigação aponta que o grupo alegava que cargas legais eram irregulares, cobravam propina e apreendiam os produtos para revenda. Segundo a corporação, as investigações tiveram início em maio de 2016, quando um dos comerciantes abordados pelo grupo denunciou o esquema. “Os agentes selecionavam a dedo as vítimas, as perseguiam e confiscavam as cargas sabendo que ali havia uma quantia expressiva de dinheiro. Eles usavam o falso pretexto de que os produtos eram irregulares e, depois, os revendiam”, explicou o delegado Jorge Pinto, responsável

pela condução da Operação Espórtula.

## Agentes lucravam duas vezes

“Esses agentes públicos lucravam duas vezes, porque além da revenda das cargas subtraídas, as vítimas eram encaminhadas à delegacia [de Água Fria], onde eram constrangidas a pagar propina como forma de se evitar uma suposta prisão em flagrante”, completou o delegado.

Além das propinas e dos desvios de cargas, a investigação aponta que itens pessoais de comerciantes foram desviados em abordagens policiais. “O foco deles era a apreensão de caixas de cigarros, que era

algo mais rentável; mas há registros de abordagens a veículos nas quais houve apreensões irregulares de bolsas, perfumes e dinheiro em espécie”, disse Jorge Pinto.

Atualmente, três dos envolvidos estão aposentados do exercício policial. Outro, que já estava preso, foi afastado da corporação por ser investigado pela prática de um homicídio. Todos os alvos foram encaminhados ao Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), localizado em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. Segundo a Polícia Civil, os suspeitos responderão pelos crimes de organização criminosa, roubo, abuso de autoridade e concussão. As penas máximas podem chegar a 30 anos de reclusão.

# Operação mira sequestradores

Quatro homens suspeitos de integrar uma quadrilha que praticava sequestros de servidores de instituições bancárias em Pernambuco foram alvos de mandados de prisão cumpridos na terça-feira. Os suspeitos, que já estavam presos preventivamente, são investigados pelo sequestro do gerente da agência do Banco do Brasil de Palmares, na Zona da Mata Sul, em 2022.

O grupo, segundo a Polícia Civil, estudava as rotinas das vítimas (pessoas que têm acesso facilitado ao dinheiro nas agências bancárias) e os levavam, junto a familiares, a um cativo. No local, os funcionários dos bancos eram coa-

gidos a voltarem à agência no dia seguinte e sacar a maior quantia em dinheiro possível em troca da liberação da família. A prática, de acordo com a polícia, é conhecida informalmente como “sapatinho”.

## Casos semelhantes foram registrados

A Operação Scarpa, iniciada em setembro de 2022, foi motivada pelo sequestro do gerente do Banco do Brasil do município de Palmares, que foi sequestrado junto com a esposa e dois filhos, com idades entre sete e dez anos. Na oca-

sião, a família foi ameaçada com armas de fogo e explosivos.

Segundo a investigação, outros casos semelhantes foram registrados no Estado. Os suspeitos levavam as vítimas para uma chácara localizada na zona rural de Agrestina, no Agreste pernambucano. As quantias em dinheiro roubadas pelo grupo, de acordo com a polícia, não foram recuperadas.

De acordo com a corporação, o grupo responderá pelo crime de extorsão mediante sequestro, com um qualificador relacionado ao envolvimento de crianças e adolescentes no crime, e pela formação de organização criminosa.

## PREFEITURA DE CARUARU Comissão Permanente de Licitação - CPL/G

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2023 - CPL/G. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de montagem e desmontagem de estrutura, som e iluminação incluindo fornecimento, instalação, manutenção e operação; e serviços de captação e transmissão de imagens para atender à Fundação de Cultura de Caruaru, durante o evento do São João 2023. Valor Máximo Aceitável: R\$ 16.371.301,62 (dezesseis milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e um reais e sessenta e dois centavos). Data e Hora de Abertura: Dia 10 (dez) de maio de 2023, às 09h00min (horário de Brasília/DF). Os interessados poderão acessar e fazer download do texto integral do Edital no endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). UASG: 982381 e no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br), através do link: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>. Outras informações na sala da CPL/G, localizada na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118, Universitário, no horário das 08h00min às 14h00min, pelo telefone: (81) 98384-5665 ou e-mail: [cplcaruarupe@hotmail.com](mailto:cplcaruarupe@hotmail.com).

Caruaru/PE, 25 de abril de 2023  
Wanessy de Queiroz Alves  
Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE

### AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 026/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023. Objeto: Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, com vistas à eventual contratação de pessoa jurídica especializada, para a prestação dos serviços continuados de gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, e outros materiais/serviços do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE. Onde se lê: PROCESSO Nº 022/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023. Leia-se: PROCESSO Nº 026/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, 25 de abril de 2023  
Inácio Ramos Neto  
Pregoeiro (\*)

CAIXA

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

### AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3063/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3064/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 28/04/2023 até 28/05/2023, no primeiro leilão, e de 07/06/2023 até 12/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. CRISTIANE DE ALMEIDA RABELO GOIS, Av. Luís Viana Filho, 6462, Empresarial Wall Street, Torre A - East, Sala 509, PARALELA - Salvador/BA - CEP: 41730101, Fones (71) 3327-2966, WhatsApp (71) 98146-8452 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: <https://www.rjleiloes.com.br/>. O Edital estará disponível também no site: [www.caixa.gov.br/imoveiscaixa](http://www.caixa.gov.br/imoveiscaixa). O 1º Leilão realizar-se-á no dia 29/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 13/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro <https://www.rjleiloes.com.br/>.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S/A – GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS - EMPETUR

CNPJ Nº 10.931.533/0001-40.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos é responsável pela divulgação do turismo em Pernambuco, seu patrimônio e cultura, promovendo o desenvolvimento econômico do setor e sua estruturação em consonância com a política de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado. Sua missão é enaltecer e divulgar a imagem turística do Estado, ao mesmo tempo em que promove a estruturação dos destinos, atua na capacitação de gestores e profissionais do turismo e fomenta novos negócios para movimentar a economia pernambucana.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 Valores em reais (sem centavos)
ATIVO CIRCULANTE: Disponibilidades (4) 5.678.750, Adiantamentos 147.502, Depósitos Judiciais (5) 641.087, Estoques (6) 409.692, Despesas Antecipadas (7) 60.345.
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE: Salários e Encargos Sociais 297.877, Obrigações Trabalhistas 3.266.878, Fornecedores (9) 3.013.670, Impostos e Contribuições a Recolher (10) 1.310.780, Depósitos de Diversas Origens 1.223.450, Receitas a Classificar (11) 9.577, Adiantamentos Recebidos (12) 427.128, Outras Obrigações (13) 880.
NÃO CIRCULANTE: Depósitos Judiciais e outros 370.013, Investimentos 215.290.000, Imobilizado (8) 239.911.882, Intangível 173.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em reais)
Receita Operacional Líquida (15) 8.491.615, Lucro Bruto (Despesas)recitas Operacionais (16) (101.809.675), Lucro Operacional antes do resultado financeiro (11.457.210), Resultado financeiro (17) 55.285, Lucro antes do I.R. e Contribuição Social (11.670.425), Lucro Líquido do Exercício (11.670.425), Lucro por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício (11,67) (6,75).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em reais)
2022 2021
Lucro ou Prejuízo do Exercício (11.670.424,96) (6.752.486,80)
Retificação de Erro (32.881.663,01) 22.148.351,74
Resultado Abrangente Total 21.211.238 15.395.865

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em reais)
2022 2021
RECEITAS OPERACIONAIS: Venda de Serviços 9.008.731, Outras Receitas 111.097.245.
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS: Custos dos Serviços Prestados -, Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros (97.968.774).
VALOR ADICIONADO BRUTO RETENÇÕES: Depreciação e Amortização (1.001.320).
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO: Receitas Financeiras 55.285, Valor Adicionado Total a Distribuir 15.887.424.
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Pessoal e Encargos 19.553.130, Impostos, Taxas e Contribuições 8.004.718, Lucro/Prejuízo (11.670.425).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em reais)
Eventos Capital Social Reserva de Capital Reserva de Lucros Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 72.065.680,99 28.699.976,11 94.013.185,09
Ajustes de Exercícios Anteriores 22.148.351,74
Prejuízo do exercício (6.752.486,80)
Aumento de Reserva de Capital 210.174.707,13
Saldo em 31 de dezembro de 2021 72.065.680,99 28.699.976,11 109.409.050,03
Ajustes de Exercícios Anteriores 32.881.663,01
Prejuízo do exercício (11.670.424,96)
Aumento de Reserva de Capital 231.385.945,18
Saldo em 31 de dezembro de 2022 72.065.680,99 28.699.976,11 130.620.288,08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto Operacional - a) Caracterização da Entidade. A Empresa de Turismo de Pernambuco S.A. - EMPETUR, na qualidade de empresa pública, teve sua criação autorizada pela Lei n.º 6.030, de 03/11/1967, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 1.464, de 13/12/1967. Através da Lei Estadual n.º 10.690/1991, a Empetur passou a ser uma sociedade anônima e incorporou o Centro de Convenções - CECON e outros equipamentos. Em 23/12/2014 através da LEI Nº 15.431, a Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR teve sua denominação social alterada para Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR, com sede na Av. Professor Andrade Bezerra, S/N, Salgadinho, Olinda/PE. b) Finalidade. A EMPETUR tem como finalidade básica a promoção do desenvolvimento do Turismo em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado e a implantação e exploração, direta ou mediante concessão, de um complexo de instalações e serviços adequados à realização de convenções, feiras, exposições, conferências e correlatas, no Estado de Pernambuco, no que utiliza o Complexo do Centro de Convenções localizado em Olinda-Pe. A partir do Decreto n.º 21.377, de 19/04/1999, a EMPETUR passou, entre suas atividades, a acumular a gestão administrativa e financeira do Parque de Esportes e Lazer Arcoverde, sob a supervisão conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Em 09 de junho de 2016, entra em vigor a Lei 15.836 que autoriza a gestão da Arena Pernambuco pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, introduzindo em suas atividades mediante convênio a administração, manutenção, conservação, operação e exploração econômica dos ativos imobiliários e mobiliários que compõe a arena. c) Legislação Aplicável. As atividades da empresa estão disciplinadas pela Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores), pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943, pela Consolidação das Leis do Trabalho, LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios além de seu Estatuto Social, Regulamento Interno e as demais normas de Direito Público e Privado. Aplicam-se também, a partir de 04/05/2000, os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista a EMPETUR preencher os requisitos descritos no art. 2º, inciso II daquela lei referente à sua caracterização como empresa estatal dependente. d) Repasse de Recursos. Em função do seu objeto social, a EMPETUR recebeu através da rubrica "Recitas de Subvenções", recursos repassados pelo Tesouro Estadual, vinculados a despesas criadas para promover o turismo no Estado de Pernambuco. Por conseguinte, nas rubricas das Despesas Administrativas - "Publicidade para Promoção do Turismo" e "Convênios (Subvenções) e Contratos para Eventos" - estão registrados valores que foram repassados a terceiros, aonde a empresa exerceu a função de intermediária dessas operações. e) Situação Pa-

trimonial. A administração da empresa, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de o controle da sociedade pertencer ao Governo do Estado de Pernambuco.
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias - Por ter suas atividades disciplinadas pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as demonstrações contábeis foram elaboradas para fins de publicação em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da Lei das Sociedades Anônimas e dispositivos complementares de acordo com as práticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
3. Principais Práticas Contábeis - Na observância do regime de competência, a entidade adota as seguintes principais práticas contábeis: a) Disponibilidades. São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. b) Contas a Receber. Representam os valores faturados, relativos às receitas de serviços recreativos e culturais. c) Estoques. Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis e são compostos exclusivamente ao consumo interno. d) Investimento. No exercício de 2022, a conta 1.2.2.1.01.80 - (P) Propriedades para investimento - tinha um saldo de R\$ 215.290.000,00. Sob uma análise técnica criteriosa entendemos que se tratava de um erro por parte dos executores na época do registro, já que em 2015, entenderam que os bens imóveis da Empetur tinham que ser classificados como propriedades para investimentos sem levar em consideração o tipo de uso dos bens imóveis, se eram próprios ou de terceiros, sem fazer a distinção das áreas administrativas, das áreas de geração de receita própria, e foram registrados como propriedades para investimentos, e de acordo com o apurado foi realizado sem a comprovação legal ou documento que fundamentassem os registros realizados pela contabilidade fornecidos pela área competente, ou seja não houve o encaminhamento da documentação dos imóveis do patrimônio da Empetur. O que foi relatado foi que com base no entendimento interno da empresa teorizada de contabilidade responsável, a executora fez os registros contábeis através das notas de lançamento - NLS, por achar que esses lançamentos se faziam necessários para atender as novas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCTs que estavam sendo implantadas à época. e) Imobilizado. Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do Ativo Imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais

são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Em virtude da mudança da política contábil realizada pela Administração da EMPETUR em 2015, todos os bens imóveis passaram a ser considerados como Propriedades para Investimento, sem nenhum critério técnico ou documentação que fundamentasse a mudança na classificação. Em 2022, a área de patrimônio fez o levantamento dos imóveis pertencentes a Empetur, e com base em laudos técnicos de avaliação, registros cartoriais e o tipo de uso de cada imóvel, encaminhou a Contabilidade toda a documentação comprobatória e o relatório emitido através do SEI 0060300057.000154/2022-61, o que possibilitou a regularização dos registros através de baixas contábeis e o correto lançamento contábil registrados através de documentação comprobatória emitida pela área competente. f) Intangível. Houve necessidade de ajuste quanto a devida classificação da conta de intangíveis 1.2.4.2.1.98.00 - (P) BENS INTANGÍVEIS - ATÉ 2013 para a conta de Ações - 1.2.1.3.1.01.02. g) Provisão para Contingências. São provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são avaliados como sendo de perdas possíveis e estas informações são apenas divulgadas nesta nota explicativa. No exercício de 2022, foi possível realizar um ajuste na conta que propiciaria maior controle e transparência de todos lançamentos realizados. No cenário anterior as contas de Provisão para Contingências Cíveis e trabalhistas estavam registradas no sistema e-fisco com um saldo total de R\$ 5.965.554,06 (cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco, quinhentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos). Porém, os registros no sistema eram realizados com código de identificação genérica, o que prejudicava o controle por parte da Contabilidade quando essas provisões eram realizadas ou mesmo quando as mesmas deixavam de existir em virtude das decisões judiciais. Em 2022, foram necessárias fazer algumas solicitações junto a Secretaria da Fazenda, quanto a criação de contas contábeis necessárias para devidos registros das provisões de contingências, como também, o evento de baixa da conta ora existente. Com a implantação do novo modelo de contabilização as provisões passaram a serem registradas no sistema e-fisco contendo de forma individualizada as seguintes informações: nome do reclamante, CPF/CNPJ, nº do processo, vara cível e o valor provisionado como provável, fomentando assim o processo de transparências das informações contábeis. As informações foram repassadas pela diretoria jurídica da Empetur, através do SEI 0060300062.000038/2023-54 e as provisões contingências, segue o quadro a seguir:

2.2.7.1.1.02.00 Provisão p/indenizações trabalhistas - por CNPJ/CPF R\$ 705.402,09
2.2.7.4.1.02.00 Provisão p/ indenizações cíveis - por CPF/CNPJ R\$ 5.577.567,82
TOTAL R\$ 6.282.969,91
a) Valores de Realização e Exigibilidade. Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pró rata temporis". Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável desvalorização. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. b) Apuração do Resultado. No decorrer do exercício de 2022, as receitas e despesas estão registradas de forma a atender a Lei Federal n.º 4.320 de 17/03/1964. Ao final do exercício, as despesas e receitas são registradas com base em critérios estabelecidos na legislação societária (Lei 6.404/76) e dispositivos complementares, em atendimento ao regime de competência.

4. Disponibilidades - DISPONIBILIDADES dez/21 dez/22
CONTA ÚNICA - CAIXA ECO. FEDERAL 1.576.295,38 5.461.274,00
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS 329.299,45 933.869,50
FUNDOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA 86.980,90 123.606,56
1.992.575,73 5.678.750,06

Segue detalhamento das contas contábeis:
CONTAS CONTÁBEIS BANCO dez/21 dez/22
1.1.1.1.03.02 BANCO DO BRASIL 104.263,62 63.757,25
1.1.1.1.03.03 BRADESCO 131.465,23 29.266,69
1.1.1.1.03.04 CAIXA ECO. FEDERAL 31.100,00 835,56
1.1.1.1.03.16 BANCO ITAÚ S.A. 62.470,60 10,00
A conciliação bancária foi realizada em todas as contas e as documentações comprobatórias foram fornecidas pelas instituições financeiras para identificação dos processos judiciais. A conciliação bancária da Empetur é objeto de um minucioso e contínuo trabalho desta Setorial Contábil quanto a regularização, exceto conta única. As contas bancárias estão devidamente conciliadas, identificadas todas as pendências e as regularizações dos saldos, estas regularizações que dependem de orçamento para empenhar, como por exemplo transferências judiciais, no qual a Empetur como ré é condenada a pagar com os Recursos que tem em conta corrente, as contabilizações estão ocorrendo de acordo com a disponibilidade de orçamento a ser liberada pela SEFAZ. Na conciliação ainda existem pendências, porém devidamente identificadas.
5. Depósitos Judiciais - Na conta 1.1.3.5.1.02.00 constava um saldo de R\$ 1.241.737,69 em 31/12/2021 e em 31/12/2022 fechamos com o saldo de R\$ 641.086,62, em virtude dos esforços enviados por esta Setorial junto a Diretoria Financeira foi viabilizado a contratação de um sistema junto ao Banco do Brasil - sistema DJC, que nos possibilita a identificação tempestiva dos bloqueios e transferências judiciais.
As demais instituições financeiras, como são bloqueios pontuais, entramos em contato com o gerente da conta e realizamos a identificação e o registro dos bloqueios e transferências judiciais. Portanto, diante do exposto acima e sempre de posse da documentação comprobatória, onde além de identificar: valor, número do processo, o (a) reclamante, se trata de bloqueio ou transferência judicial, realizamos os registros de forma contínua e tempestiva, favorecendo assim o controle, a coerência e a transparência na contabilização dos fatos. Ainda há bloqueios que apesar da identificação do processo e dos valores, nos impossibilita de realizar o devido registro contábil, quando os bloqueios ocorrem nas contas de aplicação financeira, que ao contrário do que ocorre nas contas correntes, onde o saldo bloqueado é retirado da conta, os bloqueios nas contas aplicações financeiras permanece o saldo na conta, apenas com o indicativo de bloqueado, ou seja, o recurso não sai da conta, não há movimentação, o que impossibilita seu registro.

Depósitos Judiciais DEZ/2021 DEZ/2022
1.241.737,69 641.086,62
A conta 1.1.3.5.1.02.00, apresentou um decréscimo substancial de 48% devido aos bloqueios judiciais motivados ou pelo desbloqueio devolvendo a Empetur ou a execução do bloqueio, transferindo de fato o valor para o reclamante.
6. Estoques - Em 2022, foi realizado pelo Almoarifado o inventário e entregue a Setorial Contábil o relatório referente ao mês dezembro/2022, conforme SEI 0060300062.002969/2022-14 e assim foi realizada a atualização dos saldos através da realização do registro pela Contabilidade em tempo hábil.
7. Despesas Antecipadas - O valor registrado em despesas antecipadas se refere a contratação de empresa de seguro SOMPO SEGUROS S.A, contratada para a Arena Pernambuco, e GENTE SEGURADORA S.A. contratada para o Centro de Convenções de Pernambuco, que são apropriados mensalmente.

8. Imobilizado Imobilizado 2021 2022
1.2.3.1.1.01.01 (P) MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIP. E FERRAMENTAS 2.240.911,57 3.856.749,31
TOTAL 4.883,22 9.576,51
13. Outras Obrigações Outras Obrigações 2021 2022
(F) DIÁRIAS A PAGAR 54,01 879,97
TOTAL 54,01 879,97
14. Capital Social - O capital social é de R\$ 72.065.681 e está representado por 47.609.915 ações nominativas, sendo:
Ações 32.382.637
Ações Ordinárias (Estado de Pernambuco e Outros) 15.227.278
TOTAL 47.609.915

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO SECRETARIA DE TURISMO - EMPRESA DE TURISMO DE PE. GOV. EDUARDO CAMPOS - EMPETUR

Quadro - Composição do Capital Social Realizado em 30/09/2022 Valores em R\$ mil
Acionistas Ordinárias Preferenciais Total
Estado de PE 32.382.637,267 69,21\* 49.883.082
Fungetur/Embratur 0 15.227.278,262 29,37 21.165.691
Outros 216 1,42 0,106.908 216 1,42
TOTAL 32.382.637,267 - 49.883.082 15.227.278,478 31 202.182.599 47.609.915,745 00 72.065.681
A Empetur tem uma composição acionária e o capital social sem avaliação há pelo menos a 30 anos, não há registros de atas e nem livros disponíveis, pois o setor que guarda os documentos sofreu um incêndio e a Contabilidade replicava há décadas o mesmo valor. Na atual Gestão, está em estudo a contratação de uma empresa especializada para realizar todo o resgate documental e em um segundo momento a atualização monetária do capital social da Empetur.
15. Receita Operacional Líquida 2022 2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA 9.008.731,22 3.365.346,51
Receita de Serviços Recreativos e Culturais 6.559.053,83 2.201.436,42
Receita de Aluguéis 1.417.472,93 770.799,19

...continuação - EMPETUR

de Convenções, Arena-Pernambuco, Museu Cais do Sertão e Parque Memorial Arcoverde, registrados no Sistema Efisco conforme detalhamento abaixo.

1.6.1.1.01.0.1.01 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	
0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	R\$
4.221.131,52	
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	R\$
1.726.710,77	
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	R\$
415.506,29	
0241560803 - Fonte Memorial Arcoverde	R\$
122.630,00	

Informamos que os valores acima se referem a conta contábil 6.2.1.1.1.00.00 - Receita a realizar, por esse motivo há uma diferença do valor, em virtude de parte da receita estar registrada em Adiantamentos de credores.

**15.2 Receita de Aluguéis.** A receita de aluguel recebida pela Empetur compreende a locação de lojas, espaços para antenas telefônicas e área de instalação do Miralândia Park, conforme detalhamento por fonte abaixo relacionado.

1.3.1.1.01.1.1.01 - ALUGUÉIS	
0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	
766.194,47	
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	
408.327,37	
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	
242.951,09	

**15.3 Receita de Exploração de Bens Móveis.** A Receita de Exploração de Bens Móveis se refere a concessão de área para estacionamento do CECON e Arena e espaço para bar e lanchonete na Arena Pernambuco.

1.3.1.1.99.0.1.01 - OUTRAS VPA DE EXPLORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções		477.263,43
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco		366.768,84

**15.4 Receita Proveniente da Prestação de Serviços.** A receita proveniente da Prestação de Serviços é oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda de energia solar, porém em 97% dela foi aportada pela ADEPE - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco para despesas com liquidações Financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, conforme Contrato de Prestação de Serviços de Liquidação Financeira, Custódia de Garantias e Outras Avenças, firmado entre a Empetur e o Bradesco Energia, no qual a ADEPE é a Gestora do Consórcio de energia limpa.

1.6.9.0.99.1.1.01 - OUTRAS VPA PROVENIENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

0101000000 - Fonte do Tesouro Estadual		188.165,77
--	--	------------

Receita oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda energia elétrica (energia solar).

16. Despesas Operacionais		
As despesas operacionais seguem detalhadas abaixo:		
16.1 Gerais e Administrativas		
	2022	2021
Prestação de Serviço PF Sem Vínculo		
Empregatário	(339.637,20)	(241.678,34)
Prestação de Serviço PJ	(73.332.117,07)	(25.518.259,39)
Locação de Mão-de-Obra	(6.104.315,50)	(6.019.102,22)
Aluguéis	(552.248,53)	(564.515,11)
Veículos Conservação de Bens e Instalações	(2.691.516,44)	(2.463.806,67)
Propaganda Publicidade e Patrocínio	(4.463.435,79)	(4.593.519,80)
Desincorporação de Ativos	-	-
Depreciação e Amortização	(1.001.320,26)	-
	(863.889,31)	-
Provisões	(6.282.969,91)	-
Sentenças judiciais	(1.382.515,40)	(3.716.264,99)
Multas	(390,97)	(704,33)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(305.682,80)	(174.632,72)
Outras Transferências	(2.790.000,00)	-
Indenizações e restituições	(852.311,81)	(89.671,50)
Reavaliação Diminutiva de Bens Móveis	-	(297,02)
Transferências concedidas	(1.711.213,40)	(841.480,00)
	(101.809.675,08)	(53.533.499,66)

16.2 Pessoal e encargos		
	2022	2021
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(16.857.330,33)	(14.530.933,36)
Outros Gastos com Pessoal	(1.460.609,25)	(1.337.073,56)
Encargos Sociais Previdência Social	(4.156.489,07)	(3.731.058,28)
Encargos Sociais FGTS	(1.235.190,85)	(1.080.670,72)
	(23.709.619,50)	(20.679.735,92)

16.3 Tributárias		
	2022	2021
Tributos e taxas à conta do locatário	(88,78)	(177,56)
Juros	-	(313.240,57)
Multas de mora de obrigações tributárias	-	(5.380,71)
Empresas - IPTU	(541.112,92)	(485.602,54)
Empresas - IPVA	-	(340,64)
Impostos - Jucepe	(8.911,00)	(23.936,00)
Impostos - Detran	-	-
C.I.M., Taxa de limp urbana, Taxa de vigilância sanitária, TSD (pref.)	(5.274,10)	(4.765,62)
Licenciamento e compensação ambiental (CPRH)	(13.485,16)	-
Taxa de legalização e habite-se	(5.548,21)	-
Taxa de prevenção e extinção (Bombeiros)	(114.384,84)	(16.483,06)
Outras Taxas não especificadas	(45.459,07)	(1.107,30)
Taxa de prevenção e extinção de incêndio (Bombeiro)	-	(78.174,11)
DEA - Outras Taxas	(80.319,46)	-
	(814.583,54)	(929.208,11)

16.4 Outras Despesas Operacionais		
	2022	2021
Combustíveis e lubrificantes auto motivos	(86.363,79)	(130.044,61)
Combustíveis e lubrificantes de aviação	(886,60)	-
Combustíveis e lubrific. p/ outras finalidades	(834,44)	-
Gás e outros materiais engarrafados	(1.152,00)	(425,00)
Alimentos para animais	-	(266,70)
Gêneros de alimentação	(11.342,00)	(7.076,20)
Material farmacológico	-	(282,40)
Material educativo e esportivo	(853,97)	-
Material de expediente	(12.402,91)	(12.161,66)
Material de processamento de dados	(20.818,06)	(4.162,10)
Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	-	(759,10)
Material de acondicionamento e embalagem	(525,48)	(1.189,50)
Material de copa e cozinha	(18.938,39)	(9.829,50)
Material de limpeza e prod. De higienização	(47.247,43)	(36.441,62)
Uniformes, tecidos e aviamentos	(14.379,00)	(2.217,18)

Material para manutenção de bens imóveis/instalações	(123.661,97)	(135.320,81)
Material para manutenção de bens móveis	(263.489,85)	(79.204,24)
Material elétrico e eletrônico	(395.968,69)	(304.877,01)
Material de proteção e segurança	(915,80)	(11.085,50)
Material para áudio, vídeo e foto	-	(166,50)
Material para comunicações	(234,00)	-
Material Hospitalar	-	(651,00)
Material para manutenção de veículos	-	(4.873,00)
Ferramentas	(1.643,34)	(1.884,04)
Material para reabilitação profissional	-	(65,80)
Material de sinalização visual e outros	-	(27.857,52)
Bandeiras, flâmulas e insígnias	(16.200,00)	-
Bens móveis não incorporáveis	(699,00)	(1.904,90)
DEA - Material de consumo	(1.020,80)	-
Material de consumo	(96.180,12)	(8.166,14)
	(1.115.924,14)	(780.745,53)

16.5 Outras Receitas Operacionais		
	2022	2021
Reavaliação aumentativa de bens móveis	-	9.999,98
Reavaliação de intangíveis	-	-
Ganhos com incorporação de outros direitos	374.854,45	57.039,07
Ganhos com cancelamento de restos a pagar	1.332.621,06	1.404.372,65
Multas administrativas	805,00	560,00
Indenizações por danos ao patrimônio público	32.720,00	-
Restituições	359.721,67	300.574,90
Outras indenizações	14.350,00	-
Recuperação de despesas orçamentárias de exercícios anteriores	4.910,85	42.279,38
Outras restituições	1.632,20	-
Outras receitas	-	10
Variações patrimoniais aumentat. decorrentes de fatos geradores diversos	-	13.804,01
Outras transferências não financeiras recebidas - independentes de execução orçamentária	45.098,04	20.933,15
Bens móveis - doações recebidas de outro órgão	-	309.999,99
	2.166.713,27	2.159.573,13

16.6 Transferências líquidas do Tesouro Estadual		
	2022	2021
Cota financeira recebida do órgão financeiro central	113.754.701,80	62.645.295,63
Dedução decota financeira recebida do órgão central, ref. a baixa de Créd.	-	-
Intraorçamentário a receber de RP	(3.116.694,33)	(7.068.539,33)
	110.638.007,47	55.576.756,30

17. Resultado Financeiro		
	2022	2021
Receitas financeiras	55.285	7.310
Despesas financeiras	(268.500)	(286.196)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(213.215)</b>	<b>(278.886)</b>

17.1 Receitas Financeiras	
As receitas financeiras são os rendimentos bancários referente às aplicações financeiras e aos juros e multas de clientes oriundos dos pagamentos em atraso, detalhados a seguir.	
	2022

MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	10.186,67
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	37.642,35
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.456,01
	55.285,03

17.2 Despesas Financeiras	
As despesas financeiras são valores referentes a tarifas bancárias e taxas de encargos devido a comercialização de energia.	
	2022

	(268.500,00)
	(268.500,00)

18. Ajustes de Exercícios Anteriores	
(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.546,41 C
(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.871.445,98 C
(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-
- INCORP/DESINC. DISPONÍVEL	15.329,38 D

Os ajustes de exercícios anteriores se referem a cancelamentos de Documentos Hábeis, ajustes nas provisões de folha de pagamento, baixa da provisão de contingência de processos judiciais cíveis e trabalhistas, ajustes de restos a pagar processados, regularização dos imóveis que correspondeu a 59% dos ajustes realizados, do qual daremos os devidos esclarecimentos a seguir e demais regularizações.

	2022
Baixa da provisão de folha de pagamento	2.737.709,78
Cancelamento de Documentos Hábeis	1.245.977,66
Regularização de Restos a pagar	3.116.694,33
Baixa da provisão de contingência	5.626.360,84
Regularização de adiantamento de clientes e caução	870.540,18
Regularização de imóveis	19.426.203,81
Demais regularizações	-141.823,59
	32.881.663,01

A baixa da provisão da contingência referente a conta 2.2.7.4.1.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS se deu pelo pagamento de processos judiciais informado pela Diretoria Jurídica através do SEI 0060300062.002188/2022-31 e 0060300062.000052/2022-77 abaixo, e a regularização se fez necessária devido o pagamento não ter baixado diretamente a conta de provisão. Os cancelamentos de Documentos Hábeis foram motivados pela orientação da Secretaria da Fazenda - SEFAZ através do SEI 150000144.001197/2022-05 abaixo, em virtude de haver documentos de 2014 a 2016 registrados de despesas patrimoniais de exercícios anteriores que não seriam utilizados em virtude de erro ou duplicidade, por exemplo, e o cancelamento se fez necessário impactando a referida conta. A Secretaria da Fazenda repassou a Empetur em 2022, sob o título de subvenção o valor total de R\$ 113.754.701,80, sendo que R\$ 3.116.694,33 foram referentes a despesas de restos a pagar processados. Através do mecanismo de repasses da Sefaz as subvenções são transferidas pelos totais liberados, sem distinção do que seja despesa do exercício ou pagamento de despesas já liquidadas. Para que não haja impacto positivo no resultado contábil em algumas empresas dependentes é facultado o uso do evento contábil 540.171, que registra os créditos intraorçamentários a receber de RP e a fonte de recursos dos RP recebedores de repasse bancário, ratificando através desse evento o saldo de repasses recebidos a título de subvenção. Vale ressaltar, que a Empetur de acordo com seu regime jurídico é uma empresa de Sociedade Anônima, no entanto se comporta como uma estatal dependente financeiramente do Tesouro Estadual, e por esse motivo a mesma é obrigada a utilizar o sistema financeiro do Estado, o Efisco, que é parametrizado para a administração pública direta, portanto podendo em alguns casos

haver conflito legal entre os registros dos lançamentos ocasionando no caso dos Ajustes de Exercícios Anterior um aumento na Reserva de Lucros no período. Essa situação prejudica a empresa em vários aspectos uma vez que a empresa, como Sociedade por Ações, deve atender à legislação societária comercial, Lei nº 6.404/76 e como Estatal dependente deve atender à Lei nº 4.320/64, ocorrendo diferenças relevantes que dificultam o atendimento aos dois grupos de normas.

**EDUARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA LOYO**  
DIRETOR PRESIDENTE - EMPETUR  
**IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA**  
CONTADORA EMPETUR - CRC 023898/O BA/SPE

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Ilmos. Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S/A. - EMPETUR - Olinda - PE

**Opinião com ressalva** - Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S/A. - EMPETUR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam advir dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S/A. - EMPETUR em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva - 1.** Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 - Ajustes de Exercício Anterior a Companhia reconheceu diretamente na conta de Prejuízos Acumulados o montante líquido devedor de R\$(1) 32.881.663,33 composto de R\$(1) 19.426.204 referentes a ajustes procedidos na Regularização de Imóveis, R\$(1) 5.626.361 como baixa de Provisão para Contingências, R\$(1) 3.116.694 como Regularização de Restos a Pagar, R\$(1) 2.737.710 como baixa de Provisão de Folha de Pagamento, R\$(1) 1.245.977 como Cancelamento de Documentos Hábeis, R\$(1) 870.540 como Regularização de Adiantamentos a Clientes e Caução e (R\$(1) 141.824) como Outras Regularizações. A Companhia é juridicamente e conforme nota explicativa nº 2, uma Sociedade Anônima estando, portanto, sujeita às orientações da Lei nº 6.404/76 e alterações, mas se comporta como uma estatal dependente que é do Tesouro Estadual, utilizando o sistema financeiro do Estado o e-Fisco. A Companhia não atendeu quanto aos Ajustes de Exercícios Anteriores registrados contabilmente, as orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 23(R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro que estabeleça que a entidade deve corrigir os erros materiais de exercícios anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto das demonstrações contábeis cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, não representando os valores comparativos do exercício anterior apresentado.

2. Conforme nota explicativa nº 14 a Companhia prevê a contratação de empresa especializada para realizar o resgate documental e proceder à atualização monetária do capital social no montante de R\$(1) 72.065.681. Pela falta de documentação própria, ficamos impossibilitados de aplicar testes de validação o que nos impediu de formar opinião sobre o referido saldo.

3. A Companhia não apresentou, em atendimento a NBC TA 505, posição quanto às cartas de circularização referente à conta de fornecedores. Além disso, as instituições financeiras nas quais a Empetur mantém operações, não enviaram (exceto o Banco Itaú), as informações solicitadas. A confirmação de saldos constitui numa razoável segurança para consolidação dos procedimentos executados pela auditoria. Devido à falta dessas informações, não podemos concluir satisfatoriamente sobre o efetivo saldo das contas de alguns bancos e fornecedores e, conseqüentemente, da necessidade de eventuais ajustes nas referidas contas e seus possíveis reflexos sobre o Resultado do Exercício, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfase** - Conforme descrito na nota explicativa nº 3g sob a rubrica de Provisão para Contingências no valor de R\$(1) 6.282.969 (R\$(1) 5.626.361 em 2021), a Companhia reconhece uma provisão para contingências com base na avaliação de risco de perda provável, e que o montante contabilizado foi considerado suficiente na opinião de seus consultores jurídicos e administradores. Dependendo das decisões finais nos processos em tramitação, após julgados, poderão ocorrer ajustes contábeis para mais ou para menos sobre os valores provisionados, com reflexo no Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. A Companhia não disponibilizou o Relatório da Administração.

**Outros assuntos** - Conforme nota explicativa nº 3e, em virtude da mudança da política contábil realizada pela Administração da EMPETUR em 2015, todos os bens imóveis passaram a ser considerados como Propriedades para Investimento, sem nenhum critério técnico ou documentação que fundamentasse a mudança na classificação. Em 2022, a área de patrimônio fez o levantamento dos imóveis pertencentes à Empetur, e com base em laudos

técnicos de avaliação, registros cartoriais e o tipo de uso de cada imóvel, encaminhou a Contabilidade toda a documentação comprobatória e o relatório emitido através do SEI 0060300057.000154/2022-61, o que possibilitou a regularização dos registros através de baixas contábeis e o correto lançamento contábil registrados através de documentação comprobatória emitida pela área competente.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outros auditores independentes, com emissão do Relatório do Auditor Independente datado de 28 de março de 2022, o qual contee Ressalvas quanto a Propriedade para Investimentos e Imobilizado, Fornecedores, Depósitos de Cauções de Terceiros, Ajustes de Exercícios Anteriores quanto ao critério de contabilização das subvenções, procedimentos corrigidos neste exercício, além de ressalva quanto ao processo de circularização de saldos descrita no parágrafo 3 de "Base para opinião com ressalva" e contee Ênfases quanto à forma jurídica da Empetur.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da

■ Descrito como adjetivo, apelido do maior jogador de futebol de todos os tempos se torna verbete: “excepcional, incomparável, único”

# PALAVRA “PELÉ” É ETERNIZADA EM DICIONÁRIO

FRANCK FIFE/AFP

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### PARA A 1.ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS DO SANTA CRUZ FUTEBOL CLUBE

Conforme previsto no Art. 41, inciso I, alínea “M” do Estatuto do Santa Cruz Futebol Clube (“Estatuto Social do Clube” e “Clube”, respectivamente, convocamos todos os sócios do Clube a participar da 1ª Reunião Extraordinária do ano de 2023, aprazada para o 17 de junho de 2023, às 08h30, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios e, em segunda convocação, às 9h, com qualquer número, com término previsto às 18h.

Reunião ora convocada se dará em formato misto, presencial e virtual, em respeito ao teor do art. 26, § 6º, do Estatuto Social.

Na Ordem do Dia, integra o seguinte assunto:

I – Autorizar a constituição de sociedade anônima do futebol (“SAF”), a qual será regida pela Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, pelo seu estatuto social (“Estatuto Social”) e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conforme aplicáveis, sob a denominação de Santa Cruz Futebol Clube Sociedade Anônima de Futebol, com sede e foro na Cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, localizada na Beberibe, nº 1160, Bairro do Arruda, CEP 52120-000 (“Companhia” ou “SAF”), cuja implementação e efetiva constituição, ficará condicionada à aprovação da Assembleia de Sócios, ficando o poder executivo do clube, responsável pela adoção de todas as medidas necessárias para a constituição da SAF, de acordo com o juízo de oportunidade e conveniência voltados a melhor formação para atração de investimentos, em observância ao planejamento estratégico e de reestruturação do Clube. Ainda assim, fica o poder executivo do clube, obrigado a prestar quaisquer esclarecimentos, sobre o tema Sociedade Anônima do Futebol “SAF”, quando solicitado por qualquer membro do Conselho Deliberativo do Clube, mediante ofício encaminhado à mesa diretora do Conselho Deliberativo.

AFP

“Pelé”, o apelido do legendário ex-jogador brasileiro, se tornou uma das mais de 167.000 palavras incluídas no dicionário Michaelis, um dos mais populares da língua portuguesa.

O apelido de Edson Arantes do Nascimento, falecido em dezembro de 2022 aos 82 anos, é usado coloquialmente no Brasil como sinônimo de extraordinário, mas a partir de agora poderá ser utilizado oficialmente pelos mais de 265 milhões falantes do idioma. “A expressão que já era usada para se referir ao melhor naquilo que faz está eternizada nas páginas do dicionário!”, celebrou a Fundação Pelé em uma mensagem no Instagram.

A palavra “Pelé”, descrita no Michaelis como um adjetivo, é definida como “excepcional, incomparável, único”. “Que ou aquele que é fora do comum, que ou quem em virtude de sua qualidade, valor ou superioridade não pode ser igualado a nada nem a ninguém”, como Pelé®, apelido de Edson Arantes do Nascimento (1940-2022), considerado o maior atleta de todos os tempos”, se lê na versão online do dicionário. O Michaelis também concede alguns exemplos de seu uso: “Ele é o pelé do basquete, ela é a pelé da dramaturgia brasileira, ele é o pelé da medicina”.

No momento, o vocábulo está disponível apenas na versão digital do glossário, acompanhado do símbolo de marca registrada, ainda que a empresa pretenda incluí-lo



Inclusão da palavra “Pelé” é resultado de campanha lançada em abril

em suas futuras edições impressas. A Academia Brasileira de Letras (ABL), que rege o português no Brasil, onde vivem 215 milhões de lusófonos, não introduziu a palavra em sua versão digital.

A inclusão do qual muitos consideram o melhor jogador de futebol da história é o resultado de uma campanha lançada em conjunto, em 14 de abril, pela Fundação Pelé, pelo SporTV e pelo Santos, clube onde jogou a maior parte de sua carreira.

## Mais de 125 mil assinaturas

A iniciativa “Pelé no dicionário” recolheu mais de 125.000 assinaturas em um mês e meio, segundo seus organizadores, e ocorre em momentos em que a América do Sul ainda homenageia o único jogador tricampeão mundial (1958, 1962 e 1970), falecido em 29 de dezembro, em São Paulo, por complicações de um câncer de cólon.

## PREFEITURA DE CARUARU

### Comissão Permanente de Licitação - CPL/G

#### AVISO DE LICITAÇÃO

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 061/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023 - CPL/G. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção e gestão especializada para eventos, inclusive serviços de buffet, alimentação, limpeza e ambientação, a serem utilizados no evento de São João 2023, através da Fundação de Cultura de Caruaru. **Valor Máximo Aceitável:** R\$ 4.063.917,35 (quatro milhões, sessenta e três mil, novecentos e dezessete reais e cinco centavos). **Data e Hora de Abertura:** Dia 11 (onze) de maio de 2023, às 09h00min (horário de Brasília/DF). Os interessados poderão acessar e fazer download do texto integral do Edital no endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), UASG: 982381 e no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br), através do link: <http://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br>. Outras informações na sala da CPL/G, localizada na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118, Universitário, no horário das 08h00min às 14h00min, pelo telefone: (81) 98384-5665 ou e-mail: [cplcaruarupe@hotmail.com](mailto:cplcaruarupe@hotmail.com). Caruaru/PE, 25 de abril de 2023. Wanessy de Queiroz Alves. Pregoeira

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

#### AVISO DE VENDA

### Edital de Leilão Público nº 3071/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3072/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 18/04/2023 até 17/05/2023, no primeiro leilão, e de 26/05/2023 até 01/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. JOYCE RIBEIRO, Rua Chico Pedro, 331, Bairro Camaquã, Porto Alegre/RS - CEP 91910-650, Fones 0800-707-9339 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: [www.leiloesjudiciais.com.br](http://www.leiloesjudiciais.com.br). O Edital estará disponível também no site: [www.caixa.gov.br/Imoveis/caixa](http://www.caixa.gov.br/Imoveis/caixa). O 1º Leilão realizar-se-á no dia 18/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 02/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro [www.leiloesjudiciais.com.br](http://www.leiloesjudiciais.com.br).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

#### SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S.A.

CNPJ Nº 12.884.672/0001-96 - NIRE 26.300.018.152

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023

**DATA:** 30 de março de 2023. **HORÁRIO:** 10h00 horas. **LOCAL:** sede social, localizada na Rodovia BR 101 Norte, Km 38, Itapissuma/PE, CEP 53700-000. **PRESEÇA:** SABARÁ PARTICIPAÇÕES LTDA, acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 251 da Lei nº 6.404/76. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO:** Dispensada a prova de convocação, conforme faculta o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Marco Antônio Matioli Sabará - Presidente da Mesa. Ulisses Matioli Sabará - Secretário. **DOCUMENTOS LIDOS E ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:** a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, documentos esses publicados no jornal Folha de Pernambuco de 29 de Março de 2023, e por meio digital na mesma data em obediência ao disposto no artigo 289, inciso I, da Lei nº 6.404/76 e ao disposto no parágrafo único do artigo 77 do Decreto 10.173/2019. **ORDEM DO DIA:** 1) Deliberar sobre a aprovação das contas dos administradores e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; 3) Deliberar sobre a ratificação de distribuição de dividendos antecipados decorrentes da reserva de lucros, e adiantamento de dividendos no valor de R\$ 10.161.095,41 (dez milhões, cento e sessenta e um mil, noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), efetuada em 2022. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas decidiram, por unanimidade dos votos: (i) FORAM APROVADAS as contas dos administradores, na forma consignada no Balanço Patrimonial e demais peças das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi no valor de R\$ 13.028.032,90 (Treze milhões, vinte e oito mil, trinta e dois reais e noventa centavos). **FOI DESTINADO:** (i) o valor de R\$ 13.028.032,90 (Treze milhões, vinte e oito mil, trinta e dois reais e noventa centavos) foram deduzidos do Prejuízo Acumulado atendendo o art 189 da Lei 6404/76. (iii) Ratificar a distribuição de dividendos decorrentes da reserva de lucros, no valor de R\$ 8.044.67,91 (oito milhões, quarenta e quatro mil, sessenta e sete reais e noventa e um centavos), adiantamento de dividendos a acionista de R\$ 2.117.027,50 (dois milhões, cento e dezessete mil, vinte e sete reais e cinquenta centavos) efetuada em 2022. Por fim, **FOI AUTORIZADA** a lavratura da presente Ata na forma de sumário, conforme previsto no artigo 130, §1º da Lei de Sociedades por Ações. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **ASSINATURAS:** Presidente: Marco Antônio Matioli Sabará. Secretário: Ulisses Matioli Sabará. Acionistas: Marco Antônio Matioli Sabará e Ulisses Matioli Sabará. Itapissuma, 30 de março de 2023. **MESA:** Marco Antônio Matioli Sabará - Presidente da Mesa - Secretário da Mesa - ACIONISTA: Sabará Participações LTDA - Sabará Participações LTDA - Marco Antônio Matioli Sabará - Sócio-representante - Ulisses Matioli Sabará - Sócio-representante

Certifico o Registro em 03/04/2023

Arquivamento 20239565150 de 03/04/2023 Protocolo 239565150 de 30/03/2023 NIRE 26300018152 - Nome da empresa SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S/A - Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx> - Chancela 95404295675000

## SANTA CRUZ

# Critério e cautela nas contratações

Após o jogo-treino realizado ontem, em que o Santa Cruz empatou por 2x2 contra o Botafogo-PB, no Arruda, o técnico Felipe Conceição falou sobre a necessidade de ser criterioso nas contratações e das limitações que o clube enfrenta na atualidade.

“A questão de reforços não é fácil diante do nosso momento. É difícil conseguir atletas que cheguem e agreguem, e é isso que a gente está buscando, não fazer número para dizer que está tra-

zando jogadores. A gente vem sendo muito criterioso para não errar. Principalmente pela questão financeira do clube, que está em uma competição que não é rentável e que não permite erros”, justifica o treinador.

## “Minimizar equívocos”

“É melhor minimizar equívocos e ir trazendo esses atletas de ma-

neira mais assertiva do que ir pelo desespero, encher o elenco, fazer o clube gastar e depois dispensar e falar que precisa trazer outros”, declarou o treinador. Segundo Conceição, o Santa está em negociação com um zagueiro, um lateral-direito e um centroavante.

O treinador também confirmou que o time fará mais dois jogos-treino ainda esta semana, um na sexta e outro no sábado. Os adversários ainda não foram confirmados.

## Publicidade Legal pdf

Código do documento 6eb6e14f-660f-47d6-8c8b-87660f0c1794



## Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 26 Apr 2023, 23:32:57

Documento 6eb6e14f-660f-47d6-8c8b-87660f0c1794 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T23:32:57-03:00

### 26 Apr 2023, 23:33:09

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T23:33:09-03:00

### 26 Apr 2023, 23:33:29

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.212.241.227 (186.212.241.227.static.host.gvt.net.br porta: 33152). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE\_ATOM: 2023-04-26T23:33:29-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):207ea14258e678ee3302fd753ef6f40b69da518780e707266dd8b434fa9cc7c4  
(SHA512):8b172a65d5ac28675def1be45961db17d348b8ad2d8605a76e1173696b8b5ec8d35bbf5d864b8108b6f5c7af09d15c40376535607a3c4fea7d65018d261f10bc

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**